

Da poluição ambiental da Jindal aos atrasos no reassentamento de povoado de Cassoca

Os relatos de um sofrimento

Por Abílio Maolela (texto) e Naíta Ussene (fotos), em Tete

Parece não ter prazo, o sofrimento do povoado de Cassoca, no distrito de Marara, sul da província de Tete. Há cinco anos que aquela comunidade, localizada no interior da área concessionada à Jindal Mozambique Minerais, uma subsidiária da Jindal Africa, pertencente à multinacional indiana Jindal Steel and Power Limited, convive com os trabalhos da mina de carvão mineral de céu aberto.

O facto deve-se aos atrasos no processo de reassentamento daquela população, facto que a levou a paralisar as actividades da empresa por três vezes, sendo que a última reivindicação registou-se no passado dia 26 de Julho.

A mineradora não dá a cara, publicamente, para explicar as razões pelo atraso do processo, porém, o governo waponta a queda acentuada do preço do carvão no mercado internacional como o principal factor e adianta que pelo menos 150 casas serão entregues até Dezembro, das 279 projectadas.

A proposta de "reassentamento gradual" da população não é acolhida, em Cassoca, pois, é vista como uma "estratégia de sabotagem" do processo. Sublinha, a população, que não irá abandonar aquela área em fases.

Entretanto, enquanto não se conclui o processo de reassentamento, a população daquele ponto do país continuará exposta à poluição ambiental provocada pela actividade mineira. Nesta edição, o SAVANA traz as histórias de uma povoação que, por residir numa área que "já não lhe pertence", vê-se privada de direitos e liberdades, desde a liberdade de circulação

até ao acesso à terra para a prática da agricultura.

Do controlo de entradas à poluição ambiental

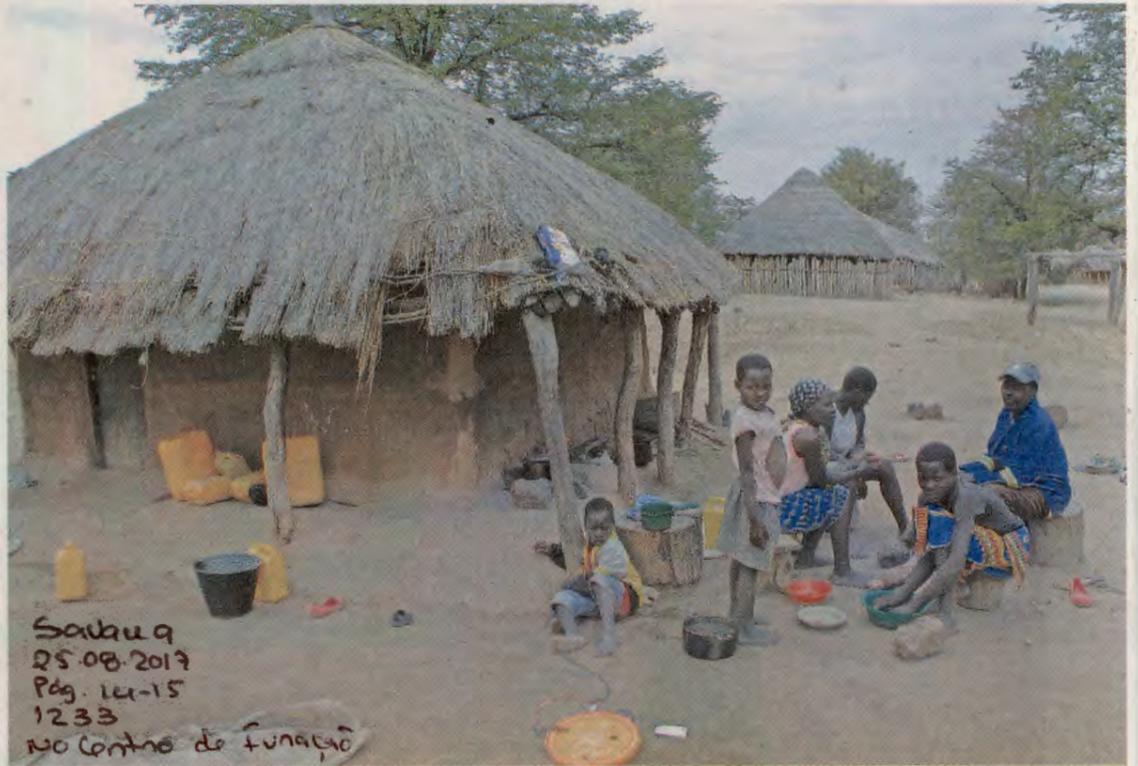
Foi à margem do segundo Fórum Nacional de Advocacia sobre os Recursos Naturais e Desenvolvimento, realizado, há dias, na cidade de Tete, que a nossa reportagem deslocou-se ao povoado de Cassoca, no distrito de Marara, para inteirar-se do processo de reassentamento, assim como das condições de vida daquela população. A iniciativa deveu-se aos depoimentos prestados por alguns afectados pela mineração, que consideraram aquele povoado uma ilha, pelo facto de encontrar-se dentro da área concessionada à Jindal Mozambique Minerais.

Em seguimento a estas reclamações, o SAVANA deixou, no dia seguinte (uma sexta-feira), a sala climatizada, onde estava reunida a Plataforma da Sociedade Civil sobre Recursos Naturais e Indústria Extractiva, e partiu para Cassoca.

Percorridos cerca de 80 km que separam Chirodzi (local onde se explora o carvão mineral, na zona limítrofe entre os distritos de Marara e Cahora Bassa) da capital provincial de Tete, uma cor preta sobre as árvores, arbustos e sobre a pálida, estreita e degradada Estrada Nacional nº 258 (liga Changara a Songo) anuncia a nossa aproximação à mina de carvão mineral, explorada pela indiana Jindal.

Já na entrada para a mina, uma fila de camiões de grande tonelagem, da empresa *Lalgy Trucks*, perfilavam de lado de fora, à espera daquele recurso mineral que é transportado até Moatize, de onde é levado pelo comboio até ao porto de Nacala.

Porque a nossa deslocação à Marara visava escalar o povoado de Cassoca, continuamos com o percurso até



A realidade que contrasta com a riqueza que abunda nesta terra

a segunda entrada (cerca de um quilómetro) para a concessão, também controlada pela mineradora.

O povoado de Cassoca dista a 7 km do desvio de Chirodzi, sendo que 5 km dessa distância são feitos numa picada, enquanto os primeiros dois são percorridos numa estrada asfaltada e bem sinalizada (o asfalto termina no armazém da Jindal).

Tal como em Namanhumbir, a entrada de pessoas e bens para Cassoca também é controlada e a nossa entrada foi mediante a autorização dos "Chefes", segundo garantiu um dos seguranças, depois de efectuar o habitual telefonema.

Este é o primeiro problema que opõe a empresa à população. Fidelis Reino, residente naquele povoado, conta que,

para além de a empresa impedir a entrada de "convidados das nossas famílias", também define horários para o uso da via.

"Não somos permitidos entrar aqui com convidados. Dizem que nos vêm agitar. Também não somos permitidos passar do portão depois das 19 horas", revela Reino, sublinhando que a situação preocupa a comunidade.

"Isto preocupa-nos muito porque não foi a empresa a abrir a estrada. Nós é que abrimos a estrada e a empresa apenas veio asfaltar", diz a fonte.

Atravessada a "cerca", os nossos olhos e as nossas lentes fotográficas começam a registar cenas preocupantes. A cor preta que caracterizava a EN 258, nas proximidades da mina, também se observava na entrada para o povoado de Cassoca. As plantas, os arbustos e até os edifícios construídos pela mineradora (armazéns, centro de saúde, entre outros) não escapam da poeira provocada pela exploração do carvão mineral naquela zona.

Tamimo Américo, natural e residente naquele povoado, afirma que a nossa reportagem visitou o local num melhor dia, pois, noutros "não é possível entrar por causa da poeira".

"Esta situação tem-nos criado muitos problemas de saúde. Não tínhamos doenças constantes e a morte era novidade. Mas, agora as coisas mudaram", disse a fonte, acrescentando que os impactos atingem também a actividade agro-pecuária.

"Antes praticávamos agricultura e tínhamos um bom solo porque não era afectado pela poeira. Agora não comemos a vontade e as plantas não crescem. Estamos a perder cabritos por causa desta situação", narrou Américo.

No mesmo discurso alinha Merita Seulane, também moradora daquele povoado, dizendo que o impacto

ambiental das actividades da Jindal também afectou as frutas silvestres que, em tempo de seca, serviam de sustento daquelas famílias.

O líder comunitário, Juvêncio Jeque, conta que, no princípio, a comunidade era informada sobre as explosões na mina e esta preparava-se atempadamente, mas, actualmente, "isso já não acontece".

"Houve um dia em que as pedras chegaram na machamba de um dos anciãos da comunidade, mas, felizmente, não foi atingido. Não sei o que teria acontecido naquele dia", descreve o triste cenário com o qual convivem há cinco anos.

Aliás, durante o percurso, a nossa reportagem observou cabritos a alimentarem-se junto a uma cova cheia de água de cor preta, que se encontra numa das bermas da picada que dá acesso a Cassoca. A comunidade questiona ainda o futuro das covas abertas pela Jindal, pois, "constituem um perigo".

Um povoado que carece de quase tudo

Chegados à Cassoca, o SAVANA deparou-se com a triste realidade a que aquela comunidade está submetida, desde a falta de água potável até



Juvêncio Jeque



Entrada para Cassoca controlada pela segurança

ca, em Marara

Sofrimento sem prazo...

a ausência de um posto de saúde para cuidados sanitários básicos.

Naquele povoado, o único edifício de alvenaria existente é o da escola primária, que contém três salas de aulas, mas sem nenhum bloco administrativo. Os professores residem em cabanas, assim como o resto da população. Os cuidados médicos são prestados no Centro de Saúde da Jindal, que dista a cerca de 6km. Verónica Reis conta que, depois das 15:30 horas, aquela unidade sanitária não atende ninguém.

“Temos tido problemas com mulheres grávidas, durante a noite, porque não aceitam atender ninguém no Centro de Saúde da Jindal e nem abrem o portão para que possamos ir a uma outra maternidade”, explica. Juvêncio Jeque revela que, no princípio, a empresa colocava uma clínica móvel à disposição daquela comunidade, mas a mesma foi suspensa.

“Não sabemos porquê, mas também queríamos propor o encerramento da clínica móvel porque não nos beneficia em nada, pois, nem tinha medicamentos”, acrescenta.

Um dos cenários tristes testemunhados pela nossa reportagem prende-se com a água consumida por aquela população, que é imprópria para o consumo humano.

Jeque afirma que há dois meses que a bomba de abastecimento de água daquele povoado está avariada e que o assunto é do conhecimento do governo distrital, mas até hoje nada foi feito.

Neste momento, animais de estimação e pessoas partilham a mesma fonte (um riacho seco), por um lado, enquanto por outro, a loiça e a roupa são lavadas no mesmo local, onde é retirada a água para o consumo.

A vida, nesta localidade, é considerada difícil e as actividades de exploração do carvão mineral são apontadas como responsáveis deste problema. Homens, mulheres e crianças dedicam-se ao garimpo, a partir do qual conseguem resolver as necessidades básicas.

“Procuramos ouro. Temos conseguido quantidades suficientes para o nosso auto-sustento. Com o dinheiro da venda do ouro (valores não revelados), compramos roupa e mandamos nossos filhos à escola”, conta Tamimo Américo.



Merita Seulane

Bairro de reassentamento atrasado

Depois de quase duas horas de conversa com a comunidade, a nossa reportagem regressou a Chirodzi, com o objectivo de visitar o bairro de reassentamento, o mesmo que deverá aliviar a população de Cassoca daquele sofrimento.

O projecto, que prevê transformar aquele meio rural, numa zona urbana, com a construção de 279 casas de Tipo 3 (dados que constam na placa do projecto, mas a comunidade e o governo distrital falam de 289 casas), centro de saúde, locais de culto, estabelecimentos de ensino e áreas verdes, encontra-se atrasado.

Com duração de dois anos, o projecto devia ter sido concluído a 31 de Julho deste ano, depois de ter iniciado a 01 de Julho de 2015, mas, até ao momento, cerca de 30 casas estão em condições de serem entregues.

Quase 70 casas estão na fase dos acabamentos, enquanto outras dezenas ainda estão na fase das fundações. Sublinhar que ainda não há vias de acesso, assim como infra-estruturas sociais.

Estes atrasos preocupam aquela comunidade que, a 26 de Julho deste ano, paralisou as actividades da mineradora, exigindo o cumprimento do acordo. O líder comunitário de Cassoca conta que as promessas de indemnização vêm desde 2012, altura em que a empresa fez o levantamento estatístico da população abrangida pelo projecto.

Na altura, prossegue a fonte, a Jindal garantiu que o reassentamento da população constituía prioridade e que a extracção do carvão seria uma actividade posterior. Entretanto, isto não aconteceu.

“Sentimo-nos frustrados porque o carvão está sendo exportado, enquanto nós morremos com a poeira. Esta foi a terceira greve que convocamos porque sentimo-nos enganados”, afirma Jeque.

Como resposta à greve, partilha a nossa fonte, a empresa propôs o reassentamento gradual da população, proposta rejeitada pela comunidade. “Não queremos esse tipo de reassentamento porque corremos risco de nunca sairmos daqui”, considera Fidelis Reino.

Para acelerar o processo, a população de Cassoca decidiu constituir uma nova comissão porque “desconfiamos que a anterior recebia dinheiro da empresa, já que o presidente e o vice-presidente trabalham na Jindal”. “A actual comissão também trabalha na Jindal, mas temos muita confiança nela porque também passa as mesmas necessidades”, avança aquele líder comunitário.

Com o processo de reassentamento não concluído e com a população a sofrer as consequências sociais, económicas e ambientais do processo, o activista social Carlos Jangue classifi-

ca a situação daquela comunidade de lamentável e culpa o governo por este cenário.

Para Jangue não faz sentido que o governo tenha permitido o início das actividades daquela empresa sem antes reassentar aquelas famílias. A fonte acrescenta que o facto de aquela população não se ter beneficiado da percentagem resultante da exploração do carvão, definida pelo artigo 20, da Lei de Minas, revela a falta de interesse do executivo moçambicano.

Apesar de estar atrasado, o projecto merece elogios por parte dos que visitam, devido à qualidade das casas, assim como a dimensão dos terrenos porque “permite a população desenvolver outras actividades”, analisa Carlos Jangue.

“Trata-se de um projecto melhor que o da Vale”, avalia a fonte.

Porém, sublinhar que, sob ponto de vista de saúde, não se espera melhorias, pois, o bairro está sendo construído na margem direita da EN 258. Ou seja, o povoado de Cassoca apenas foi retirado da zona concessionada à Jindal, mas ainda continuará a conviver com a poeira das actividades de extracção mineira.

“Foi um erro começar as actividades antes do reassentamento”, Titos Siteo

Contactado pela nossa reportagem para reagir em torno desta situação, o Administrador de Marara, Titos Siteo, reconheceu uma parte dos problemas apresentados pela população, com destaque para o processo de reassentamento.

Siteo explica que a Jindal não cumpriu com o plano de reassentamento, alegando que “o mercado do carvão registou uma queda acentuada, em 2016, o que comprometeu as suas actividades”.

Segundo aquele governante, as operações daquela mineradora tornaram-se mais onerosas pelo facto de a mina encontrar-se distante da linha



Tamimo Américo



Fidelis Reino

férrea. “A empresa é obrigada a transportar o carvão de camiões até Moatize”, observa aquele governante.

“Mostramos a nossa preocupação à empresa e esta prometeu resolver o mais rápido possível”, afirma Siteo, revelando que o governo pediu o aumento de número de empresas para a construção das casas.

Questionado sobre as razões que levaram o governo a permitir o arranque das actividades, antes do reassentamento das famílias, o Administrador de Marara assumiu que “foi um erro” permitir este tipo de caso, mas explica que o “contexto jogou a favor da empresa”.

“Pensávamos que o processo seria rápido e não lento. Foi uma lição que ficou para nós, no sentido de não repetirmos no futuro”, disse, sublinhando o esforço do governo em resolver este processo.

Em relação à água, a fonte revela que o problema não afecta apenas o povoado de Cassoca, mas o distrito de Marara, no geral. “É um problema que temos estado a registar ao nível do distrito, mas temos feito o possível para resolvê-lo”, garante a fonte.

Entretanto, das reclamações levantadas ao SAVANA, Titos Siteo diz não reconhecer a do controlo das entradas em Cassoca. “Nunca registamos esta preocupação. Aquela via sempre foi

usada em conjunto, pela comunidade e pela empresa. Talvez haja controlo de viaturas, mas não de pessoas. Essa reclamação não consta dos nossos relatórios”, reiterou.

Empresa e governo provincial no silêncio

Entretanto, a nossa reportagem não conseguiu obter nenhuma reacção da empresa e da Direcção Provincial dos Recursos Minerais e Energia de Tete. Da cidade de Tete à capital do país, o Director Provincial dos Recursos Minerais e Energia, Grácio Cuna, não se mostrou disponível a conversar com a nossa reportagem, enquanto do lado da empresa não foi possível falar com ninguém.

Entretanto, dois dias após a paralisação das actividades da Jindal pela população, o Director Provincial da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Manuel Poio, disse à AIM, citada pelo País, que a mineradora ia entregar 150 casas até Dezembro, sendo que 50 serão entregues ainda este mês.

Poio desmentiu ainda à mesma publicação que os cabritos tenham morrido naquele povoado devido à actividade mineira e que “os exames laboratoriais feitos pelas autoridades sanitárias mostraram que a água não estava contaminada”.



Cerca de 30 casas concluídas, das 279 projectadas